escrupulosamente no sentido de evitar toda a qualquer forma de discriminação.

17 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

18 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Rita Susana Capeto Viveiros Cabeceiras, técnica especialista de radiologia do Hospital do Divino Espírito Santo.
Vogais efectivos:

Marta Cristina Câmara Medeiros, técnica de 1.ª classe do Hospital do Divino Espírito Santo (que substituirá a presidente nas suas ausências e impedimentos).

Breno Miguel Senra Vasconcelos, técnico principal de radiologia do Hospital do Divino Espírito Santo.

Vogais suplentes:

Micaela Patrícia Cabral Braga, técnica de 2.ª classe de radiologia do Hospital do Divino Espírito Santo.

Ana Luísa Freitas Silva Meireles, técnica de 2.ª classe de radiologia do Hospital do Divino Espírito Santo.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Júri, *Rita Susana Capeto Viveiros Cabeceiras*.

Aviso n.º 47/2005/A (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, faz-se público que, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico de dietética de 2.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do Hospital do Divino Espírito Santo, autorizado por deliberação do conselho de administração.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, que adaptou à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — O concurso é válido exclusivamente para o lugar atrás indicado, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o que se encontra definido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública, com o vencimento correspondente ao que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e legislação complementar.

6 — O local de trabalho situa-se nos edifícios onde funciona o Hospital do Divino Espírito Santo.

7 — São requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99.

8 — Constitui requisito especial possuir licenciatura ou bacharelato.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e avaliação da entrevista profissional, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — A admissão é solicitada ao presidente do júri, em requerimento formulado em papel apropriado, dentro do prazo referido no n.º 1.

11 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, residência, código postal, número de bilhete identidade, data e serviço de identificação que o emitiu, número de telefone e situação militar);
- Pedido para ser admitido ao concurso;
- Referência ao aviso de abertura identificando o número e data do presente *Diário da República*, onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre.

12 — Os requerimentos dos candidatos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

12.1 — Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado;

12.2 — Habilitações académicas;

12.3 — Habilitações profissionais;

12.4 — Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão ao concurso;

12.5 — Quaisquer outros elementos pelo candidato considerados relevantes para a apreciação do respectivo mérito.

13 — As candidaturas deverão ser entregues em mão na Secretaria do Hospital do Divino Espírito Santo, sito na Avenida de D. Manuel I, Matriz, 9500-370 Ponta Delgada, ou remetidas pelo correio para o mesmo endereço, registadas com aviso de recepção.

14 — O lugar a prover encontra-se descongelado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 189/2005, de 9 de Dezembro.

15 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final serão publicadas no *Diário da República*.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda a qualquer forma de discriminação.

17 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

18 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Cidália Maria Teixeira Ponte, dietista especialista do Hospital do Divino Espírito Santo.

Vogais efectivos:

Egídia Silva Matos, dietista especialista do Hospital do Divino Espírito Santo (que substituirá a presidente nas suas ausências e impedimentos).

Hélia Paula Pereira Morais Leite, dietista de 1.ª classe do Hospital da Horta.

Vogais suplentes:

Virma Conceição Oliveira Sequeira, dietista especialista do Hospital de Angra do Heroísmo.

Sandra Batista Simas Maciel Azevedo, dietista de 1.ª classe do Centro de Saúde de São Roque do Pico.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Júri, *Cidália Maria Teixeira Ponte*.

Aviso n.º 48/2005/A (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, faz-se público que, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de um lugar da categoria de técnico de farmácia de 2.ª classe da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do Hospital do Divino Espírito Santo, autorizado por deliberação do conselho de administração.

2 — Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2002/A, de 1 de Março, que adaptou à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com deficiência têm preferência sempre que se verifique igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — O concurso é válido exclusivamente para o lugar atrás indicado, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o que se encontra definido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública, com o vencimento correspondente ao que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, e legislação complementar.

6 — O local de trabalho situa-se nos edifícios onde funciona o Hospital do Divino Espírito Santo.

7 — São requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 564/99.

8 — Constitui requisito especial possuir licenciatura ou bacharelato.

9 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e avaliação da entrevista profissional, bem como o sistema de classificação final, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — A admissão é solicitada ao presidente do júri, em requerimento formulado em papel apropriado, dentro do prazo referido no n.º 1.

11 — Dos requerimentos devem constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, residência, código postal, número do bilhete identidade, data e serviço de identificação que o emitiu, número de telefone e situação militar);
- Pedido para ser admitido ao concurso;
- Referência ao aviso de abertura identificando o número e data do presente *Diário da República*, onde vem anunciado, bem como a área profissional a que concorre.

12 — Os requerimentos dos candidatos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

12.1 — Três exemplares do *curriculum vitae* detalhado;

12.2 — Habilitações académicas;

12.3 — Habilitações profissionais;

12.4 — Documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de admissão ao concurso;

12.5 — Quaisquer outros elementos pelo candidato considerados relevantes para a apreciação do respectivo mérito.

13 — As candidaturas deverão ser entregues em mão na Secretaria do Hospital do Divino Espírito Santo, sito na Avenida de D. Manuel I, Matriz, 9500-370 Ponta Delgada, ou remetidas pelo correio para o mesmo endereço, registadas com aviso de recepção.

14 — O lugar a prover encontra-se descongelado pela Resolução do Conselho de Governo n.º 189/2005, de 9 de Dezembro.

15 — As listas de candidatos admitidos e de classificação final serão publicadas no *Diário da República*.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda a qualquer forma de discriminação.

17 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

18 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Fernanda Maurício Ortiz Rosa, técnica de farmácia especialista de 1.ª classe do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

Vogais efectivos:

Clélia Maria Fernier Costa Morais, técnica de farmácia especialista do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo (que substituirá a presidente nas suas ausências e impedimentos).

Patrícia de Medeiros Quintas, técnica de farmácia de 2.ª classe do Hospital do Divino Espírito Santo.

Vogais suplentes:

Ana Isabel Silva Amaral, técnica de farmácia de 2.ª classe do Hospital da Horta.

Fátima Gabriela Pereira Pacheco, técnica de farmácia de 1.ª classe do Hospital de São João, Porto.

9 de Dezembro de 2005. — A Presidente do Júri, *Fernanda Maurício Ortiz Rosa*.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Acórdão n.º 602/2005/T. Const. — Processo n.º 514/2005. — Acordam no Supremo Tribunal Constitucional:

1 — A 1.ª Direcção de Finanças de Lisboa da Direcção-Geral dos Impostos solicitou, em 19 de Março de 2002, pelo 1.º Juízo Cível de Lisboa, ao abrigo dos n.ºs 2 e 5 do artigo 63.º da lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 262/78, de 28 de Novembro, autorização judicial para derrogação do sigilo bancário relativamente à EUROBRASIL — Administração de Propriedades, S. A., Sociedade de Construções Atlântico, S. A., e Vítor Manuel Soares dos Santos, relativamente aos quais se encontravam a decorrer acções de fiscalização.

Tendo-se, por decisão de 8 de Abril de 2002, declarado incompetente aquele Juízo, agravou o representante do Ministério Público para o Tribunal da Relação de Lisboa, que, por acórdão de 23 de Janeiro de 2003, concedeu provimento ao recurso.

Desse aresto agravaram os requeridos para o Supremo Tribunal de Justiça, que, por acórdão de 3 de Julho de 2003, negou provimento aos agravos.

Do acórdão de 3 de Julho de 2003 arguíram a respectiva nulidade a EUROBRASIL e a Sociedade de Construções Atlântico, pretensão que foi indeferida por acórdão de 13 de Novembro de 2003.

Remetidos os autos à 1.ª instância, foi, em 27 de Janeiro de 2004, proferida sentença que, em suprimento do consentimento dos requeridos, autorizou o acesso e obtenção de elementos referentes às contas bancárias de que eram titulares.

Dessa sentença apelaram os requeridos para o Tribunal da Relação de Lisboa, que, por acórdão de 2 de Novembro de 2004, negou provimento à apelação.

De tal aresto pediram revista os requeridos.

Na alegação adrede produzida, o requerido Vítor Manuel Soares dos Santos formulou, por entre outras, a seguinte «conclusão»:

«1.ª O artigo 63.º, n.º 5, da LGT, ao abrigo do qual foi proferida a decisão recorrida, integra uma norma claramente inconstitucional [v. artigos 26.º, 103.º, n.º 2, 112.º e 168, n.º 1, alínea *i*), da CRP], sendo manifestamente inaplicável *in casu* (v. artigo 204.º da CRP) — cf. *texto*, n.ºs 1 a 3;

[...]

O Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 3 de Maio de 2005, negou a revista.

Podem ler-se nesse aresto, para o que ora releva:

«[...]»

1.ª questão — *Inconstitucionalidade do artigo 63.º n.º 5, da LGT.* — Na sua revista, alega o requerido Vítor Santos que o artigo 63.º, n.º 5, da LGT, ao abrigo do qual autorizou a requerente a consultar as suas contas bancárias (e as dos restantes requeridos), suprindo a sua autorização (que foi negada), sofre de inconstitucionalidade orgânica, porquanto terá desrespeitado a autorização legislativa da Assembleia da República concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 41/98, de 14 de Agosto, com base na qual foi elaborado pelo Governo o Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, no qual se integra.

Vejam os melhor.

Nos termos do citado artigo 63.º, os órgãos da inspecção tributária podem desenvolver todas as diligências necessárias ao apuramento da situação tributária do contribuinte. Porém, o acesso à informação protegida pelo sigilo profissional, bancário ou qualquer outro legalmente regulado, depende de autorização judicial, nos termos da legislação aplicável [...] sendo certo que, estando em causa a consulta de elementos abrangidos pelos ditos segredos, é legítima a falta de cooperação na realização da diligência que se mostra necessária à inspecção.

Mas, como se refere no n.º 5, em caso de oposição do contribuinte com fundamento no segredo bancário, a diligência só poderá ser realizada mediante autorização concedida pelo tribunal da comarca competente, com base em pedido fundamentado da administração tributária.

Mas será tal preceito (artigo 63.º, n.º 5) inconstitucional organicamente, como quer o requerido?

É verdade que a matéria de sigilo bancário e seu levantamento se relaciona directamente com as garantias dos contribuintes e, por isso mesmo, se integra na *reserva relativa da competência legislativa da Assembleia da República*, como resulta do disposto nos artigos 103.º, n.º 2, e 165.º, n.º 1, alínea *i*), da CRP.

Certo é, porém, que a Assembleia da República, nestes casos (de reserva relativa de competência) pode autorizar o Governo a legislar sobre essa matéria através de lei de autorização legislativa, que deve definir o objecto, o sentido, a extensão e a duração da autorização (artigo 165.º, n.ºs 1 e 2, da CRP).

Ora, foi exactamente isso que fez a Assembleia da República no caso concreto através da Lei de autorização legislativa n.º 41/98, de 4 de Agosto.

Nos termos do artigo 1.º dessa lei, determina-se:

‘1 — Fica o Governo autorizado a publicar uma lei geral tributária donde constem os grandes princípios substantivos que regem o direito fiscal português e a articulação dos poderes da Administração e das garantias dos contribuintes.

2 — A lei geral tributária visará aprofundar as normas constitucionais tributárias e com relevância em direito tributário, nomeadamente no que se refere à relação tributária, ao procedimento e ao processo, com reforço das garantias dos contribuintes, da participação destes no procedimento, da igualdade das partes no processo e da luta contra a evasão fiscal, definindo os princípios fundamentais em sede de crimes e de contra-ordenações tributárias.’

E o artigo 2.º (onde se estabelece o sentido e a extensão da autorização) refere no seu n.º 22:

‘Para a prossecução dos fins indicados nos artigos anteriores, o Governo fica autorizado a consagrar expressamente e a aprofundar em sede de procedimento os princípios de prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, da igualdade, da proporcionalidade, da justiça e da imparcialidade, da decisão e do inquisitório, da colaboração da boa fé e da tutela da confiança, da eficácia dos actos, da audiência dos cidadãos, do dever de fundamentação, da confidencialidade, da iniciativa da Administração e da cooperação dos particulares.’

Ora, na nossa opinião, o objectivos de luta contra a evasão fiscal e a prossecução do interesse público, o desenvolvimento dos princípios da igualdade, da imparcialidade, da eficácia dos actos, da iniciativa da Administração e da cooperação dos contribuintes implica necessariamente a eventual quebra do segredo bancário (nomeadamente para a averiguação dos crimes tributários), quando a descoberta da verdade material das situações tributárias dos contribuintes inspecionados imponha a consulta de elementos bancários e essas consultas não são autorizadas pelos contribuintes.

Só assim é possível começar a controlar (e consequentemente evitar na medida do possível) a evasão fiscal, que, como é sabido, é realidade bem conhecida, que em muito prejudica o interesse da comunidade, e, portanto, da generalidade dos cidadãos contribuintes em proveito de alguns.